

Câmaras sobem na lista das mais endividadas do país

CÂMARA MUNICIPAL DA GUARDA

Guarda, Covilhã, Seia e Fundão agravaram as contas em 2007, enquanto Belmonte e Sabugal são considerados bons exemplos em termos de eficiência financeira, de acordo com o último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

Pág.3



Cascais lidera "ranking"

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007 foi, na passada semana, tornado público pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas e segundo um comunicado da Câmara Municipal de Cascais (CMC), este concelho «integra o Ranking global dos 10 melhores municípios de grande dimensão em eficiência financeira», um resultado que se repete pelo «segundo ano consecutivo».

A autarquia cascalense realça que dos 308 municípios analisados, surgem ao lado de Cascais os municípios de Almada, Amadora, Barcelos, Braga, Leiria, Santa Maria da Feira, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira.

Segundo a CMC, a saúde e equilíbrio financeiros de Cascais reflectem-se ainda noutros parâmetros deste estudo, nomeadamente no que respeita à independência financeira.

«Com 80 por cento, Cascais figura entre os 10 primeiros dos 50 municípios com maior independência financeira», uma independência que «assenta numa colecta de taxas e impostos que, no caso de Cascais, significam 71,5 por cento das receitas totais».

O comunicado emitido pela autarquia salienta ainda que «Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira são os únicos municípios de grande dimensão que aparecem no ranking dos 35 municípios com menores dívidas por habitante» e que «Cascais está entre os 10 municípios que, a nível nacional apresentam maior liquidez, com 14,5 milhões de euros e um resultado económico de 11,6 milhões de euros em 2006».

**DIFICULDADES FINANCEIRAS AGRAVARAM-SE**

Covilhã, Fundão, Guarda e Celorico à beira da ruptura?

QUATRO municípios da Beira Interior integram a lista das autarquias portuguesas que enfrentam maiores dificuldades financeiras, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, recentemente apresentado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Os dados dizem respeito a 2007 e revelam que a Covilhã, o Fundão, Guarda e Celorico da Beira estão entre os municípios portugueses em situação de maior apuro financeiro.

Segundo o "Jornal de Negócios", o município fundanense é dos que se encontram em piores condições, sendo apenas ultrapassado por Aveiro, uma cidade de grande dimensão. De acordo com a mesma publicação, e pelo segundo ano consecutivo, o Fundão surge em segundo lugar na lista das câmaras à beira da ruptura financeira (rácio entre a dívida a fornecedores em 2007 e as receitas totais encaixadas em 2006). Surgem, depois, em quarto lugar, Celorico da Beira, a Guarda, em 12.º e a Covilhã, em 16.º. Em situação problemática estão também, de acordo com o Jornal de Negócios, os municípios de Fornos de Algodres e Seia. Do lado oposto, ou seja, com as contas mais equilibradas, estão vários municípios modelo, entre os quais Aguiar da Beira, do distrito da

Guarda. Também na Beira Interior, Castelo Branco ocupa um confortável sexto lugar na lista das câmaras com maior liquidez.

As câmaras já começaram a contestar os números. O município do Fundão fez saber que "a dívida real a fornecedores em 2007, era de 6,5 milhões de euros e de 6,9 milhões de euros (valores oficiais que constam do balanço), contrariamente aos 37 milhões apresentados no estudo dos Técnicos Oficiais de Contas. Esclarecendo que a autarquia viu, recentemente, aprovados mais de 7,5 milhões de euros, no âmbito do programa de regularização de dívidas do Estado, o município sublinha ainda que os 60 milhões de euros de dívida apontada à autarquia corresponderam a quase 300 milhões de investimento.

A Covilhã por seu lado destaca o facto de liderar o ranking dos municípios com menor despesa de pessoal, no conjunto de despesas totais, e de figurar em segundo no que diz respeito às melhores autarquias em termos de investimento. O município covilhanense destaca, por outro lado, o facto de "o governo e a administração central lhe deverem dez milhões de euros" e de "a inventariação total do património (320 milhões de euros) permitir amortizar 11 milhões de euros".



NO ELEVADOR



A partilha do saber e do conhecimento realizada entre universidades e empresas é sempre um facto muito importante para o desenvolvimento não só dos que nela participam como das próprias entidades envolvidas. Na UBI essa aposta tem sido feita, nomeadamente através de uma parceria com a multinacional da indústria do silício (Texas Instruments dos EUA) que começou em 2007 e que, tendo em conta os bons resultados, volta agora a renovar-se.



Quatro municípios da

região figuram novamente na lista das câmaras com maiores dificuldades financeiras. Os números dizem respeito a 2007 e têm em conta o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses publicado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. A julgar pelo que aconteceu em anos transactos, as câmaras em breve apresentarão leituras diferentes dos mesmos números. Não sabemos quem terá razão. Sabemos que independentemente das leituras o simples indício é preocupante³⁸



Um dos trinta municípios com maior liquidez

S. João da Madeira era, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, o 29º com maior liquidez, em termos nacionais, em 2007

Em 2006, S. João da Madeira tinha uma liquidez de 10.172.397 euros e em 2007, esse valor quase caiu para metade, fixando-se nos 5.058.408 euros. Os municípios com menor liquidez são Lisboa, Aveiro e Maia, nos primeiros lugares, e Oliveira de Azeméis, em 11º lugar. A falta de liquidez do município vizinho tem vindo a diminuir de quase menos 53 milhões de euros em 2005, para menos 25 milhões em 2006 e menos 17.242.887 em 2007. Santa Maria da Feira também aparece na lista das cidades com menor liquidez. Em 2006 aquele município conseguiu reduzir a falta de liquidez de menos 21.120.024 para menos 9.711.390 euros. Contudo, em 2007 os valores voltaram a subir, estando agora a Feira com uma falta de liquidez superior a dez milhões de euros.

Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, a "liquidez mede a capacidade que uma empresa ou entidade tem para solver os seus compromissos a curto prazo (ano), podendo ser calculada pela diferença entre: (Disponibilidades + Títulos negociáveis + Dívidas a receber de curto prazo) - Dívidas a pagar a curto prazo". Ou seja, numa entidade com liquidez positiva "o valor das disponibilidades e das dívidas a receber a curto prazo são suficientes para pagar os compromissos assumidos também a curto prazo". Na generalidade, a liquidez dos municípios portugueses é negativa, embora tenha reduzido de 1006 para 2007. É de salientar que Lisboa é a "causadora" de mais de um terço da liquidez negativa de todos os municípios.

O anuário cataloga S. João da Madeira como um município médio, ou seja, com população superior a 20.000 habitantes e menor ou igual a 100.000 habitantes. Segundo esta terminologia, em Portugal, há 180 municípios pequenos, 105 médios e apenas 23 grandes. Da Região do Entre Douro e Vouga (EDV), apenas Santa Maria da Feira encaixa na tipologia de município grande, com 146.347 habitantes (segundo dados do Instituto Nacional de Estatística). No distrito de Aveiro, com 2 808 quilómetros quadrados, vivem 734.195 pessoas. Este distrito é o terceiro ao nível continental, em número de municípios, perfazendo 19. Só é superado por Santarém com 21 e Viseu com 24. No distrito, a densidade populacional cifra-se nos 261 habitantes por quilómetro quadra-



do, o que significa que S. João da Madeira se insere no quarto distrito mais densamente populado do continente.

Nem poucas nem muitas dívidas

S. João da Madeira não aparece na lista dos 35 municípios com menor passivo exigível (dívidas), em 2007, encabeçada pelos mu-

nicípios de Penedono (Viseu), Lajes das Flores (Açores) e Redondo (Évora). Nem tão pouco é um dos 35 municípios com maior passivo exigível (dívidas), em 2007, lista encabeçada por Lisboa, Vila Nova de Gaia e Porto. Nesta lista figuram ainda Santa Maria da Feira, em 22º lugar, com uma dívida de cerca de 58 milhões de euros e Oliveira de Azeméis. Esta última ocupa o 25º lugar com cerca de 55 milhões em falta. No que toca ao montante da dívida por habitante, Arouca ocupa o vigésimo lugar na lista, com uma dívida de quase 220 euros por arouquense. Arouca é ainda o vigésimo município que apresenta menor peso dos custos com pessoal nas despesas totais, num total de 18,49 por cento.

naigulherne

No que toca às dívidas, S. João da Madeira não figura nas listas dos 35 municípios com maior índice de dívida a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior, nem na dos com menor índice. Os valores referem-se à data de 31 de Dezembro de 2007, relativamente às receitas do ano de 2006. Oliveira de Azeméis é o quarto município com maior índice de dívida a fornecedores. De acordo com a lei de execução do Orçamento, as dívidas a fornecedores dos municípios incluem não só os passivos patentes no balanço do município, como também as dívidas das participações dos municípios, incluindo, neste caso, os passivos das empresas e serviços municipalizados.

Quanto ao endividamento líquido, calculado pela diferença entre as dívidas a pagar e as disponibilidades e dívidas a receber, Lisboa, Gaia, Porto e Aveiro são os grupos municipais com maior índice de dívida líquida. Santa Maria da Feira e Oliveira de Azeméis ocupam os 21º e 22º lugares no ranking das cidades mais endividadadas em termos líquidos. Na Feira, o índice fixa-se em 56.112.678 euros e em Oliveira nos 53.794.595. São João da Madeira não figura na lista das 35 cidades mais endividadadas, nem em termos líquidos, nem por habitante.

S. João da Madeira fica de fora do ranking global dos 50 melhores municípios em termos de eficiência financeira, onde Santa Maria da Feira e Arouca são os únicos municípios em representação do EDV

S. João da Madeira fica de fora do ranking global dos 50 melhores municípios em termos de eficiência financeira, onde Santa Maria da Feira e Arouca são os únicos municípios em representação do EDV

Liliana Guimarães

Autarquias em dificuldade

MAIS DE METADE DOS MUNICÍPIOS NÃO TEM DINHEIRO PARA PAGAR AS DÍVIDAS

Mais de metade dos municípios portugueses não tem receitas suficientes para pagar as dívidas a curto prazo.

No final de 2007, Lisboa era o caso mais grave com um saldo negativo de quase 267 milhões.

No total, a dívida dos municípios era superior a 6600 milhões de euros, mais 0,4 por cento do

que no ano anterior.

A Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas apresentou o habitual Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. O coordenador, João Carvalho, refere que as receitas aumentaram, bem como as despesas, mas reconhece que houve um esforço das autarquias para

equilibrar as contas.

As despesas com o pessoal continuam a representar a fatia maior, quase 30 por cento, dos gastos dos municípios, enquanto os impostos e as transferências são a principal fonte de receita. João Carvalho admite que estava à espera de um cenário muito pior.



Cinfães entre os municípios com melhor eficiência financeira

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses concluiu que Cinfães está entre os "50 melhores municípios em termos de eficiência financeira". Os dados do documento referem-se à prestação financeira dos municípios durante o ano de 2007. A elaboração do ranking teve por base 10 indicadores relacionados com a "gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios" (entre os quais as dívidas a terceiros por habitante, a liquidez, o endividamento líquido por habitante, a arrecadação de impostos e taxas por habitante e a diminuição dos passivos financeiros).

O desempenho do município de Cinfães é ainda referenciado no "ranking global dos 20 melhores municípios de média dimensão", também relativamente à eficiência financeira. Os autores do estudo atribuíram três categorias aos municípios, consoante a população de cada um: pequena (população menor ou igual a 20 mil habitantes), média (superior a 20 mil e menor ou igual a 100 mil habitantes) e grande dimensão (superior a 100 mil habitantes). Para a elaboração do estudo, a população atribuída a Cinfães foi de 20 494 habitantes.

No ranking global dos 50 melhores municípios, foram consideradas todas as categorias. O Anuário "analisa as contas dos municípios" e "tem o apoio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, do Tribunal de Contas e da Fundação para a Ciência e Tecnologia".

Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses

Castelo Branco dá baile nas contas

Castelo Branco é um dos municípios de média dimensão com melhor eficiência financeira. Oleiros, Belmonte e Proença-a-Nova também se destacam em vários aspectos, no ranking das autarquias de pequena dimensão. Isso mesmo refere o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, lançado na última semana.

A Câmara de Castelo Branco é uma das 20 melhores de todo o país no que respeita à eficiência financeira. Isso mesmo refere o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses relativo ao ano de 2007, e que foi lançado na última semana, pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. O documento, a que o Reconquista teve acesso, vem reforçar a posição que o município albacastrense já tinha obtido no ano passado, onde também foi um dos melhores do país entre as autarquias de média dimensão. Os municípios de Oleiros e Belmonte estão também entre os 20 melhores de pequena dimensão.

A apresentação da V edição do Anuário esteve a cargo de Pedro Camões e João Carvalho que, com Maria José Fernandes e Susana Jorge, compõem a equipa de professores universitários que, ano após ano, têm vindo a desenvolver este projecto. Pedro Camões explicou o enquadramento do estudo, bem como a estrutura e a base do mesmo, lembrando que «os dados foram obtidos directamente das contas dos municípios», ao mesmo que se congratulava com o facto de as autarquias apresentarem já um grau de conformidade com o Plano Oficial



Contabilidade das Autarquias Locais (Pocal) superior a 70 por cento.

Palavra dos autarcas

Joaquim Morão, presidente da autarquia albacastrense, não se mostra surpreendido com os resultados obtidos. «Isso demonstra a forma como administramos a Câmara Municipal. Conseguimos fazer muitas obras importantes, temos preocupações sociais e de criar emprego, mas ao mesmo tempo existe a preocupação de ter a autarquia equilibrada em termos financeiros». No entender do autarca, estes dados não levantam qualquer dúvidas. «O estudo foi feito por entidades e investigadores insuspeitos, que avaliam as contas da autarquia sob vários pontos, divulgando depois o rigor dessas contas. Os resultados obtidos vem ao encontro do nosso trabalho e do modo como nós nos

dedicamos à causa pública e gerimos aquilo que é dos outros».

O presidente da autarquia albacastrense sublinha o facto «da Câmara ter uma situação financeira equilibradíssima. Aquilo que temos dito todos os anos, quando aprovamos as contas da autarquia, foi agora confirmado por um estudo científico e rigoroso. O modo como gerimos o município, cumprindo largamente as despesas correntes e privilegiando as despesas de investimento. Ao fazermos isto, poupamos e cumprimos aquilo que é classificado como despesa corrente, para podermos transferir verbas para despesas de investimento. Só assim é possível apresentarmos este equilíbrio financeiro». O autarca adianta ainda que «desta forma podemos ter uma excelente prestação no Quadro Comunitário de Apoio, já que tivemos sempre dinheiro disponível para a componente nacional. Por isso conseguimos fazer o elevado conjunto de obras

Indicadores principais

Proença em destaque

No parâmetros avaliados para a elaboração do ranking nacional, os autores do Anuário tiveram em conta diversos indicadores como a dívida a terceiros por habitantes; liquidez, endividamento líquido por habitante; resultado líquido nos últimos anos, por habitante (tendo em conta o balanço e a demonstração de resultados); cobrança de impostos; diminuição de passivos financeiros; maior cobrança de impostos e taxas; maior grau da execução da receita; maior investimento por habitante; e maior cumprimento do Pocal.

No que concerne aos rácios de índice de endividamento líquido, além das Câmaras de Castelo Branco, Oleiros e Belmonte, também Proença-a-Nova surge em posição de destaque, sendo a par da autarquia de Castelo Branco aquela que não apresenta endividamento líquido, enquanto que Oleiros e Belmonte apresentam baixo endividamento líquido. No campo oposto, no quadro referente ao maior índice de dívida líquida surgem os municípios da Covilhã e do Fundão, em 8º e 16º lugar, respectivamente. No entanto, a autarquia covilhanense, em nota de imprensa enviada ao nosso jornal, destaca outros resultados obtidos pelo seu município, como são o facto de «ter o 1º lugar no ranking dos municípios com menor despesa de pessoal, de ser segundo em despesas de investimento, e de ter em Dezembro de 2008 menor dívida total do que em 2007». Além disso, entre outros pontos, refere que o Governo e a Administração Central devem à autarquia cerca de 10 milhões de euros.

JC

importantes que estamos a fazer no concelho».

José Marques, presidente da Câmara de Oleiros, também destaca «a gestão equilibrada dos dinheiros públicos no nosso município. Apesar de termos contraído, há alguns anos, empréstimos ficámos sempre longe do limite de endividamento permitido às autarquias. Mas nos últimos anos não necessitámos de recorrer aos empréstimos».

O autarca lembra que «apesar de todo este rigor, temos feito um conjunto de obras significativo em todo o concelho, das quais os oleirenses são testemunhas e podem avaliar melhor que ninguém. Ou seja, no nosso município não tem havido qualquer quebra no investimento». Esta forma de gerir a autarquia permite, no

entender de José Marques, «que a Câmara de Oleiros se possa candidatar a fundos comunitários».

O excelente resultado obtido por aquelas autarquias é feito numa altura em que os dados do anuário revelam que «o endividamento global das autarquias portuguesas ascendeu a 6 664 milhões de euros em 2007, o que representa um aumento de 26,6 milhões de euros face a 2006, sendo que 965 milhões são da responsabilidade da autarquia lisboeta. E que as dívidas a fornecedores deram o principal contributo para o agravamento das contas dos municípios. Por outro lado, os 308 câmaras municipais arrecadaram 7 517 milhões de euros de receitas, mais 547 milhões de euros do que em 2006».

João Carrega

PRESIDENTE DA CÂMARA FALA DE RECUPERAÇÃO E DE SITUAÇÃO FINANCEIRA CONTROLADA

Nazaré integra lista das Câmaras mais devedoras

A Nazaré é o terceiro município do País com maior índice de dívida relativamente às receitas totais do ano anterior e o 22.º município com menor liquidez financeira, revela o "Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses", divulgado esta semana.

Segundo aquela publicação, da responsabilidade da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, a autarquia nazaréna necessitaria, em 2007, de quase 12 milhões de euros de receitas para fazer face aos seus compromissos de curto prazo. Ainda assim, os números são bastante melhores do que os registados em 2006, quando a Câmara precisaria de 15 milhões de euros para pagar as dívidas no imediato.

Na lista dos municípios com maior índice de dívida a fornecedores relativamente às receitas totais do ano anterior, a Nazaré surge no "pódio", com um valor elevado (139,2%), apenas superado por Fundão (155,7%) e Aveiro (192,4%).

Outro dado negativo é relativo aos Serviços Muni-



JORGE BARROSO GERE A AUTARQUIA DESDE JANEIRO DE 1994

palizados da Nazaré (SMN), a sétima empresa municipal do País com mais baixo resultado económico. Em 2007, os SMN registaram um resultado negativo de 731 mil euros.

No cômputo geral, porém, Câmara e SMN registaram um lucro conjunto, em 2007, de 176 mil euros.

Para Jorge Barroso, que lidera o município desde Janeiro de 1994,

as contas da Câmara da Nazaré reflectem "os investimentos que foram feitos, em termos de infra-estruturas básicas".

O autarca recorda que o município presta serviço nos meses de Verão a uma "população flutuante quatro vezes superior ao número de habitantes", não recebendo as correspondentes transferências do Estado.

Barroso reconhece, todavia, ter existido "um período difícil em termos financeiros", considera que a situação "tem vindo a melhorar progressivamente", em face de um "esforço acrescido de contenção" da despesa, que conduziu a uma "recuperação financeira notória nas contas de 2008".

texto JOAQUIM PAULO



ANUÁRIO FINANCEIRO CARACTERIZA ALCobaÇA COMO MUNICÍPIO DE INVESTIMENTOS SOCIAIS

Câmara cobra totalidade das receitas em 2007

Alcobaça é um de 18 municípios a nível nacional que cobraram a totalidade das receitas em 2007. A informação é do 'Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses', divulgado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, esta semana (ver pág. 10). Classificado no estudo como município de média dimensão,

Generalizando as características dos municípios de média dimensão a Alcobaça, o concelho privilegia os investimentos em funções sociais, contrariamente aos de grande dimensão que canalizam o grosso das verbas para as funções económicas.

Assim, o grupo de municípios de média dimensão distribui os investimentos da seguinte forma: 59% (funções sociais), 29% (funções económicas), 9% (funções gerais) e 3% (outras funções).



GONÇALVES SAPINHO REFERE SUBIDA DOS INVESTIMENTOS ECONÓMICOS

Gonçaves Sapinho, presidente do executivo municipal, reconhece o peso dos investimentos sociais no município e refere que "à excepção do norte do concelho, que ainda apresenta carências de cobertura, Alcobaça é um município bem apetrechado de organizações sociais. Contudo, o autarca assinala que há investimentos económicos recentes que "assim que comecem a ter retorno, podem inverter a conclusão dos dados fornecidos pelo estudo".

De uma forma geral, as referências ao concelho de Alcobaça são quase nulas no estudo. Quer nos indicadores positivos da gestão autárquica, quer nos negativos. O que, na leitura do presidente da Câmara de Alcobaça, é um factor "positivo".

texto PAULA LAGOA



Cinfães entre os municípios com melhor eficiência financeira

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses concluiu que Cinfães está entre os "50 melhores municípios em termos de eficiência financeira". Os dados do documento referem-se à prestação financeira dos municípios durante o ano de 2007.

A elaboração do ranking teve por base 10 indicadores relacionados com a "gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios" (entre os quais as dívidas a terceiros por habitante, a liquidez, o endividamento líquido por habitante, a arrecadação de impostos e taxas por habitante e a diminuição dos passivos financeiros).

O desempenho do município de Cinfães é ainda referenciado no "ranking global dos 20 melhores municípios de média dimensão", também relativamente à eficiência financeira.

Os autores do estudo atribuíram três categorias aos municípios, consoante a população de cada um: pequena (população menor ou igual a 20 mil habitantes), média (superior a 20 mil e menor ou igual a 100 mil habitantes) e grande dimensão (superior a 100 mil habitantes). Para a elaboração do estudo, a população atribuída a Cinfães foi de 20 494 habitantes.

No ranking global dos 50 melhores municípios, foram consideradas todas as categorias.

O Anuário, divulgado no dia 8 de Abril "analisa as contas do municípios" e "tem o apoio da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, do Tribunal de Contas e da Fundação para a Ciência e Tecnologia".



Autarquia murcense em dificuldades financeiras

Na passada semana foi publicado o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo ao ano 2007, tendo mais uma vez salientado o estado preocupante em que se encontram as contas da Câmara Municipal de Murça.

Este estudo, editado pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, com o patrocínio do Tribunal de Contas e da Universidade do Minho, procura analisar a situação orçamental, financeira, patrimonial e económica dos municípios, com base nos mapas contabilísticos. Adicionalmente, visa ainda estabelecer rankings relativos performance das várias autarquias.

Uma análise efectuada por técnicos de renome, patrocinada por instituições credíveis, tendo mesmo o Secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, salientado a independência e o prestígio do estudo.

Ao longo do relatório, Murça aparece como um dos piores municípios a nível nacional, em termos financeiros, patrimoniais e orçamentais. A Câmara Municipal de Murça, aparece como sendo um dos municípios com menor independência financeira, ou seja, apresenta grande dificuldade em gerar receitas próprias. Neste indicador, Murça é o segundo pior concelho do distrito de Vila Real.

As dificuldades que a Câmara de Murça, presidida há quase oito anos por João Teixeira, actualmente atravessa, manifestam-se, uma vez mais, quando considerada a dependência do município face as transferências do Orçamento de Estado. De facto, quando considerado este indicador, Murça é o 12.º pior município a nível nacional.

Contudo, o indicador mais preocupante, e reflexo da gestão que tem vindo a ser feita por João Teixeira, o aumento da dívida do Município. Este aumento reflecte-se na dívida que o município tem por habitante, sendo uma das autarquias do país com maior rácio por munícipe.

Em consequência desta gestão desregrada e do desperdício por parte deste Executivo, cada munícipe deve 1.689. Note-se ainda que a situação piorou em relação ao exercício anterior, não havendo investimentos nem melhorias nos serviços prestados aos cidadãos que justifiquem tal situação.

CPC-PSD



ID: 24655137

15-04-2009

No Anuário Financeiro dos Municípios, o Fundão está entre os primeiros

O sexto maior investidor

Autarquia realça que os cerca de 60 milhões de euros de dívida apontados no documento correspondem a 300 milhões de investimento

O Fundão está é o sexto município do País com maior capacidade de investimento, segundo

o Anuário Financeiro dos Municípios. Conforme realça a autarquia fundanense, mais de 65 por cento das despesas totais, em 2007, foi canalizado para investimento. O estudo revela ainda que relativamente ao peso entre as despesas com pessoal e despesas totais, o Fundão apresenta apenas uma percentagem de 16 por cento, conquistando o 12º lugar da lista, entre os 308 municípios portugueses.

No que toca a dívidas e de acordo com a nova Lei das Finanças Locais, um município

com dívidas a fornecedores superiores a metade das receitas totais do ano anterior pode ser considerado em situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou em ruptura financeira. O anuário refere que 73 municípios portugueses estavam nesta situação em 2007, segundo o Diário XXI noticiou na última semana, citando a Agência Lusa. No topo desta lista está Aveiro seguido do Fundão, que apresenta 37,4 milhões de euros de dívidas a fornecedores em 2007 e 24 milhões de receitas cobradas no ano anterior.

CÂMARA ESCLARECE DÍVIDAS

Em comunicado, o município admite estar “no auge do seu esforço de investimento”, mas realça que “a Câmara respeitou sempre a Lei das Finanças Locais e todos os seus compromissos a fornecedores”. A autarquia acrescenta ainda que os cerca de 60 milhões de euros de dívida apontados no documento correspondem a 300 milhões de investimento feito nos últimos sete anos e meio, justificando a sua posição nos seis lugares cimeiros deste factor no anuário.

A Câmara esclarece que a dívida real a fornecedores em 2007 foi de 6,5 milhões de euros e em 2008 de 6,9 milhões, contrariando os 37 milhões apontados no estudo. Para além disso, recorda que viu aprovados pelo programa de regularização de dívidas do Estado mais de 7,5 milhões de euros.

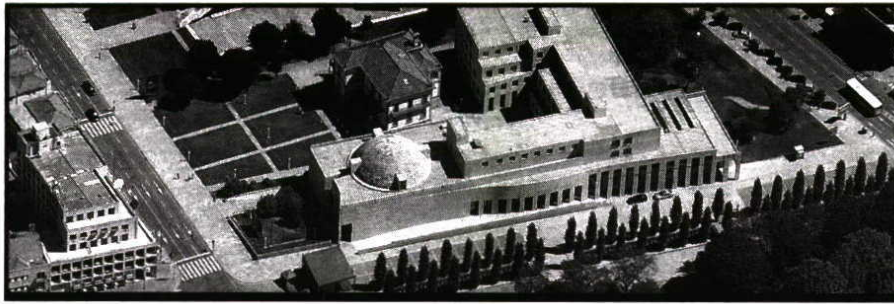
Elaborado pela Câmara de Técnicos Oficiais de Contas, o Anuário Financeiro dos Municípios refere-se ao ano de 2007 e foi divulgado na última quarta-feira.



ID: 24679353

15-04-2009

15 | Abril | 2009
Matosinhos Hoje | 3



Analísada a saúde financeira dos 308 municípios portugueses

Matosinhos com o 15º melhor resultado económico nacional, em 2007

SOB A ÉGIDE DA CÂMARA dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC), como já tem sido usual nos últimos anos, foi apresentado, em cerimónia pública, com a presença do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, o V Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo a 2007. Foi referido que devido às eleições autárquicas, que terão lugar este ano, o Anuário foi divulgado mais cedo do que é normal. Em termos genéricos, a equipa de professores universitários que elaborou este estudo, sobremaneira importante para se conhecer o estado das finanças dos concelhos portugueses, concluiu que os resultados económicos globais foram positivos em 485 milhões de euros, embora com uma redução de 179 milhões face a 2006. Os dados, que foram retirados directamente das contas dos municípios, analisam diversas vertentes da realidade financeira das edilidades portuguesas. Algumas com resultados mais positivos do que outras, não se devendo esquecer que as realidades são manifestamente diferentes. Entre o concelho do Corvo, com 479 habitantes, e Lisboa, com 499 700 residentes, há uma imensidão de diferenças. Não deixa, no entanto, de ser fundamental, que cada município olhe os resultados e analise os números pois podem, dessa observação, partir para melhorias de funcionamento e de produtividade.

A nossa análise vai incidir sobre os dados do concelho de Matosinhos, quando existam. O Anuário está organizado de uma forma que não possibilita a obtenção de números dos 308 concelhos, nos diversos aspectos estudados. Para além de referir os dados nacionais, dentro de cada item selecciona apenas os 35 melhores e os 35 piores resultados de cada um. Assim, se o nosso concelho não integrar nenhum destes lugares, não é possível conhecer os seus números.

INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA

A independência financeira é definida pelo rácio entre as receitas próprias e as receitas totais, considerando-se que só haverá independência financeira quando as receitas próprias representam, pelo menos, 50% das receitas totais. Os valores, a nível nacional, variam entre os 87% de Lisboa e os 5% do Corvo, Lajes das Flores e Nordeste.

Neste indicador, o nosso concelho está bastante bem situado, em 17º lugar, com uma percentagem de 76%, uma melhoria de 7 pontos percentuais em relação a 2006. Considerando apenas os Grandes Municípios (com população superior a 100 mil habitantes), Matosinhos está na 8ª posição, numa classificação liderada por Lisboa, com 87%. A nível do Norte, apenas o concelho do Porto apresenta um valor melhor (78%) e em 12º lugar.

Neste capítulo da independência financeira, o CTOC analisa os municípios que mais dependem das transferências do Orçamento de Estado – Matosinhos não consta da lista – e do recurso a empréstimos bancários, em que são enumeradas as edilidades que não recorreram a empréstimos bancários em 2005, 2006 e

2007, onde não se encontra o nosso município. Aliás, dos Grandes Municípios, apenas se fazem parte da relação Braga, Loures, Oeiras e Seixal.

ESTRUTURA DAS RECEITAS

As receitas dividem-se em receitas correntes (exemplo: impostos, taxas, vendas de bens e serviços, etc.), receitas de capital (exemplo: vendas de bens de investimento, transferências de capital, activos e passivos financeiros, etc.) e outras receitas.

O estudo define uma lista para os concelhos que mais dependem das receitas provenientes de impostos e taxas, constatando-se que a maioria está situada no litoral e agrega os maiores municípios e aqueles onde, nos anos mais recentes, se tem registado maior crescimento imobiliário. Matosinhos é um dos que mais depende dos impostos nas suas receitas totais, pois é o 7º concelho no ranking, com um valor de 66,6%, o mais elevado no Norte – o que mais se aproxima é o Porto, com 59,8%, em 11º lugar – num ranking liderado por Loulé, com 74,2%, e Cascais, com 71,5%, os únicos onde o peso é ultrapassa os 70%.

Um outro item analisado pelo CTOC, é o grau de execução da receita cobrada, relativamente à receita liquidada. Nesta vertente, o concelho de Matosinhos é o 13º com menor grau de execução (93,32), o pior dos Grandes Municípios, embora os valores, entre os concelhos sejam de grande proximidade. Os 35 municípios com maior grau de execução ultrapassam os 100% (Funchal lidera com 112,24%), o que é explicado pelo CTOC pelo facto de alguns programas informáticos permitirem o registo das cobranças sem o prévio registo da liquidação. De uma forma geral, o Anuário dá nota positiva aos dados apurados, apenas salientando a situação de

Silves, com um rácio de 30,94%. De resto, observa-se “uma cobrança quase plena dos valores liquidados”.

EXECUÇÃO DAS DESPESAS

As despesas dividem-se, igualmente, em despesas correntes (exemplo: despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços, juros, etc.), despesas de capital (exemplo: aquisição de bens de capital, transferências de capital, activos e passivos financeiros, etc.) e outras despesas. As despesas com o pessoal têm a fatia mais importante no conjunto (29,2%, contra 30,7%, em 2006), seguindo-se a aquisição de bens de capital (25,2%, contra 26,7% em 2006). Neste item, o CTOC elabora listas para os 35 municípios que têm maior e menor peso das despesas com pessoal nas despesas totais e aqueles que apresentam maior peso das despesas de investimento e transferências de capital no total da despesa. O nosso município não está em nenhuma delas.

SITUAÇÃO FINANCEIRA GLOBAL

A grande conclusão tirada pelo CTOC é o facto de as receitas correntes cobradas serem superiores às despesas correntes pagas, sendo o saldo corrente de caixa para a generalidade dos concelhos positivo, com um aumento de 137 milhões de euros face a 2006. Nesta vertente, o Anuário apenas apresenta um ranking, os 35 municípios com maior e menor rácio receitas liquidadas / receitas previstas, não incluindo, em nenhum, o município matosinhense.

PASSIVO

O Passivo inclui três grandes rubricas: passivo exigível (dívidas a pagar), passivo não exigível (acréscimos de custos e proveitos

diferidos) e passivo possivelmente exigível (provisões para riscos e encargos). O primeiro ranking elaborado pelo CTOC, neste item, tem a ver com os municípios com maior passivo exigível (dívidas), onde o nosso concelho se encontra situado em 24º lugar, com um total de 55 816 382 euros, um valor inferior ao de 2006 (57 137 844 euros) e ao de 2005 (59 074 172 euros). Lisboa está em 1º lugar nesta lista (mais de 965 milhões de euros), seguido de V. N. de Gaia (268 milhões) e Porto (177 milhões). No entanto, quando o CTOC analisa o passivo exigível por habitante, o nosso município deixa de integrar os 35 primeiros, onde lidera o concelho de Fornos de Algodres com 6 090 euros por habitante. Lisboa situa-se em 16º lugar, com 1 932 euros por habitante.

LIQUIDEZ

A liquidez mede a capacidade que uma entidade tem para resolver os seus compromissos a curto prazo (menores do que um ano), podendo ser calculada pela diferença entre (Disponibilidades + Títulos negociáveis + Dívidas a receber de curto prazo) – Dívidas a pagar a curto prazo. Assim, diz-se que há liquidez positiva quando o que se tem a receber a curto prazo é suficiente para pagar as dívidas de curto prazo.

Em termos gerais, a liquidez dos municípios portugueses é negativa, muito por força do saldo extremamente negativo apresentado por Lisboa (-266 milhões de euros). O município que mais se aproxima, em termos de liquidez negativa é Aveiro com um valor de - 37 milhões de euros. Matosinhos, entretanto, está situado num excelente 12º lugar (6º se apenas considerarmos os Grandes Municípios), com uma liquidez positiva de 11 723 943 euros, embora inferior ao valor apresentado em

2006 (17 132 649) e 2005 (22 160 920). O município que demonstra melhor liquidez é o da Amadora (62 milhões de euros). De realçar que na região Norte, a edilidade matosinhense é a que apresenta o melhor valor, sendo o concelho de Braga o que surge a seguir, em 30º lugar, com cerca de 5 milhões de euros.

Analisando os resultados económicos líquidos, ou seja, a diferença entre os proveitos e os custos de um determinado exercício, Matosinhos está num óptimo 15º lugar na lista dos municípios com maiores resultados económicos (11º, se contarmos só com os Grandes Municípios), com um valor de 9 622 167 euros. A classificação deste item é encimada por Loulé, com 41 milhões de euros. A nível da região Norte, o nosso concelho é o 5º melhor, depois de Braga, Porto, Maia e Melgaço. O município que tem pior resultado económico é Lisboa com um valor negativo de 124 milhões de euros. Empresas e serviços municipalizados Também faz parte deste Anuário, um estudo sobre as contas das empresas e serviços municipais que foram possíveis recolher pelo CTOC. Como informação, fica que para Matosinhos foram analisadas a Câmara Municipal e os SMAS, à data ainda existentes.

O primeiro facto a salientar é que, das empresas estudadas, os SMAS de Matosinhos apresentaram os terceiros maiores resultados económicos a nível nacional (3 849 998 euros), numa lista liderada pelos Serviços Municipalizados de Oeiras (15 milhões de euros). Como informação fica que a CMM apresenta um total de custos de € 87 061 427 e um total de proveitos de € 96 683 595, com um resultado positivo de € 9 622 167. Os SMAS, por seu lado, tiveram um total de custos de € 16 825 193 e um total de proveitos de € 20 675 190, com o resultado final que atrás definimos.

RÁCIOS DE ENDIVIDAMENTO

Os valores de endividamento dos municípios tomaram uma importância acrescida pelo facto de a Lei das Finanças Locais ter definido normas rigorosas aos limites de endividamento. Matosinhos está situado no 25º lugar no ranking dos grupos municipais (municípios mais empresas municipais) com maior índice de dívida líquida, com o valor de 47 801 444 euros, numa classificação dominada por Lisboa com 916 milhões de euros, seguida por V. N. de Gaia (255 milhões de euros) e Porto (205 milhões de euros). Porém, quando analisado este índice por habitante, o nosso município já não surge nos 35 primeiros, numa lista liderada por Fornos de Algodres (6 032 euros, per capita)

RANKING GLOBAL

No final do estudo, o CTOC elaborou o denominado ranking global, seleccionando 10 indicadores que consideramos os mais importantes para avaliar a gestão financeira, económica, patrimonial e orçamental dos municípios. Matosinhos não surge nos 50 melhores municípios em termos de eficiência financeira. Penacova, Cascais e Cinfales são os três melhores.

FARIA DE ALMEIDA

Anuário Financeiro 2007 revela endividamento de 6664 milhões

Municípios aumentam dívidas a fornecedores

O endividamento das autarquias subiu para 6664 milhões de euros em 2007, e mais de metade deste valor está concentrado em 30 municípios, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios, apresentado no dia 8 deste mês. Este aumento do endividamento dos municípios, que ocorreu sobretudo por via das dívidas a fornecedores e do recurso ao "leasing", foi o factor mais negativo sublinhado pelo coordenador do anuário, João Carvalho. "O que mais me surpreendeu pela negativa foi o aumento das dívidas a fornecedores, que podem acarretar dificuldades de tesouraria nos próximos tempos" sublinhou o especialista.

A propósito da regularização das dívidas dos municípios aos fornecedores, o secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, sublinhou a importância do programa Pagamento a Tempo de Horas, no âmbito do qual foi disponibilizada uma linha de crédito de 1250 milhões de euros. "Sessenta e nove candidaturas foram aprovadas, num valor global de 420 milhões de euros", avançou Eduardo Cabrita, acrescentando que o prazo de apresentação de candidaturas foi prolongado e que as autarquias têm até final de Junho cerca de 800 milhões disponíveis.



A Câmara de Sabugal está entre as 50 melhores

Evolução resultante da nova Lei das Finanças Locais

"A evolução global é positiva e resulta da aplicação das regras da nova Lei das Finanças Locais, que permitiu um maior conhecimento da situação financeira dos municípios e a estabilização na programação financeira, além de um aumento das receitas próprias, sobretudo fiscais", afirmou o governante.

Eduardo Cabrita sublinhou ainda que esta tendência "consolidou-se em 2008", frisando que, na informação que Portugal deu à Comissão Europeia sobre as contas públicas,

os municípios mostraram uma estabilização no nível de endividamento. "Portugal teve dois anos em que as contas públicas apresentaram um défice de 2,6 por cento. Foram os dois melhores anos de contas públicas em 30 anos de democracia e as autarquias contribuíram pela positiva para esse bom resultado", disse.

As dez autarquias em melhor situação

Na lista dos dez municípios portugueses com melhor situação financeira não se encontra nenhuma autarquia do distrito da Guarda, aparecendo Sa-

bugal entre os 50 melhores. Nos dez primeiros lugares estão Penacova, Cascais, Cinfaes, Mafra, Lagos, Almada, Câmara de Lobos, Castelo Branco, Belmonte e Loulé. Também na lista dos dez mais endividados não está nenhum município do Distrito.

O Anuário dos Municípios Portugueses 2007, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, foi elaborado por uma equipa de investigadores da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e apresentado na sede da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.